



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PESQUISAS SOBRE LETRAMENTO E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE PERIÓDICOS DA CAPES

Ana Paula Oliveira Vale de Andrade; Aníbal de S. Mascarenhas-Filho; Sandra Maria Araújo
Dias

Universidade Federal Rural do Semi-Árido;

anapaula.vale@ufersa.edu.br ; anibalmascarenhas@ufersa.edu.br; sandra.dias@ufersa.edu.br

Resumo

Nas duas últimas décadas do século passado, a forma de pensar sobre a leitura e a escrita vem se transformando consideravelmente com foco nas práticas sociais. Segundo Kleiman (2008, p. 18) letramento pode ser entendido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. Assim, entende-se que o professor não aprende apenas pelo que tem de individual, mas, certamente, pelo contexto que o cerca, incluindo significados e usos produzidos em suas redes de relações com o outro. Percebe-se, desta maneira, que há necessidade de implementação do processo formativo, na perspectiva de (re)estabelecer a relação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2000). Os estudos sobre letramento surgem fortemente no contexto brasileiro nos anos 80 com pesquisas desenvolvidas centradas em contextos educacionais diversos (KATO, 1986; KLEIMAN, 1995; SOARES, 1998; 2000b). Essas pesquisas demonstram mudanças no processo de ensino-aprendizagem de línguas, especificamente na formação docente. Considerando as constantes mudanças nesses contextos, este estudo pretende investigar a produção sobre letramento e formação docente no Brasil, bem como textos-base e metodologias utilizadas nessas pesquisas, incluindo, nesta análise, os estudos do tipo estado do conhecimento. Como aporte metodológico, o presente estudo se pauta nas pesquisas sobre o tema em questão, realizados no período de 2002 a 2015, entre os artigos publicados em periódicos da CAPES.

Palavras-chave: letramento, formação docente, leitura, escrita.

Introdução

No Brasil, o termo letramento integra há pouco tempo o discurso de especialistas das áreas de educação e de linguística. Na segunda metade do século passado, mais precisamente em 1986, foi que o termo letramento surgiu no cenário da educação brasileira (KLEIMAN, 1995; 2000b). Nas duas últimas décadas do século passado, a forma de pensar sobre a leitura e a escrita vem se transformando consideravelmente. Muitos estudiosos têm mudado suas visões no que se refere à linguagem e ela passa a ser vista como um processo dinâmico em contextos significativos da atividade social em todos os seus aspectos, sejam eles: familiares, profissionais, religiosos, comunitários, entre outros.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim, entende-se que o professor não aprende apenas pelo que tem de individual, mas, certamente, pelo contexto que o cerca, incluindo significados e usos produzidos em suas redes de relações com o outro. Percebe-se, desta maneira, que há necessidade de implementação do processo formativo, na perspectiva de (re)estabelecer a relação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2000b). Para tal fim, é preciso assumir uma política na qual a meta seja o professor reflexivo e crítico, transformador do espaço escolar em ambiente de ensino e pesquisa. Nessa concepção, a formação docente, através do(s) letramento(s) será o caminho apropriado para essa prática.

Este estado do conhecimento foi pensado com o intuito de analisar a produção na área de letramento e formação de professores, destacando elementos para o mapeamento do campo de estudo. Para isso, apresentaremos algumas reflexões teóricas e as discussões em relação a sua origem, o seu processo histórico e suas principais características. Partimos do princípio de que o presente trabalho pode ser considerado relevante na medida em que nos propusemos a refletir sobre o fenômeno letramento e formação de professores considerados, ainda, por muitos educadores e educandos, como uma dimensão teórica e metodológica distante de sua prática pedagógica.

Portanto, organizamos este trabalho dividido em duas seções. Na primeira, abordamos a origem e desdobramentos do termo letramento, como também, alguns aspectos da formação de professores no cenário nacional desde sua origem até atualidade e, ainda, destacamos a relevância desse tema para a educação brasileira. Logo em seguida, expomos um levantamento sobre a produção acadêmica em relação ao letramento e formação docente no Brasil, por meio da busca e investigação dos artigos publicados nos periódicos da CAPES de 2002 a 2015.

Letramento e formação docente no Brasil: da gênese à atualidade

Esta seção está organizada em duas subseções: na primeira, discutimos questões referentes ao conceito de letramento e suas implicações para o ensino de línguas. Na segunda subseção, apresentamos alguns documentos oficiais que regulamentam a educação, com ênfase na formação de professores.

De acordo com Soares (1998), a denominação letramento é uma versão, em português, da palavra inglesa “literacy”. Palavra essa que quer dizer pessoa educada, especialmente capaz de ler e escrever. Assim, na concepção acima esboçada, pode-se entender que a referida autora parte do pressuposto de que existe uma ligação entre alfabetização e letramento.

Percebe-se também, através da definição de outros



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

autores, que durante muito tempo foi feita essa associação.

Ainda segundo Kleiman (1995) e Soares (2000b), o termo letramento surgiu no discurso dos especialistas nas áreas de Educação e de Ciências da Linguagem na segunda metade dos anos 80, e uma das primeiras ocorrências está na obra de Kato (1986), em que a autora afirma “[...] a chamada norma-padrão, ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo por que indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita”. Ser letrado não se trata apenas de saber ler e escrever, pois a missão do professor é a de orientar o aluno na aquisição da flexibilidade linguística necessária ao desempenho adequado que lhe será exigido em sociedade. Analisar diferentes textos e compará-los, pesquisar os porquês das diferenças, construir regras sobre o uso da língua e, a partir das descobertas, reescrever textos são práticas que produzem excelentes resultados na formação linguística do aluno. Desta forma, entende-se que o processo de letramento vai além do processo de alfabetização.

Ainda na década de 80, surge no cenário educacional o livro “Adultos não Alfabetizados: o avesso do avesso (Editora Pontes, 1988) de autoria de Leda Verdiani Tfouni, em que a referida autora, na introdução do livro, apresenta a distinção entre alfabetização e letramento. Na década seguinte, Angela Kleiman publica Os significados do Letramento pela editora Mercado das Letras em 1995. No ano de 1998, Magda Soares publica, pela editora Autêntica, o livro intitulado Letramento: um tema em três gêneros. Essas autoras lançam suas obras, as quais corroboram mais ainda para discussões e reflexões teóricas e metodológicas acerca do fenômeno letramento. Desde então, a palavra “letramento” torna-se cada vez mais frequente no discurso escrito e falado de especialistas.

Letramento também pode ser compreendido como um fenômeno mais amplo e que ultrapassa os domínios da escola (KLEIMAN, 2008, p. 18). A referida autora explica que “[...] podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Essa definição de letramento enfatiza os aspectos social e utilitário do letramento. Sobre isso, Rojo (2009) esclarece que um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) de maneira ética, crítica e democrática.

Pode-se dizer, considerando os autores explorados neste texto, que letramento é o produto da aprendizagem dos usos da escrita e da leitura e não está necessariamente atrelado à alfabetização. No processo de letramento, a escola emerge como uma agência que promove o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

letramento escolar, o qual se diferencia do letramento social.

Com relação à formação docente, nas últimas décadas do século XX, um conjunto de movimentos sociais se mobilizou em prol de uma educação voltada para a transformação social. Atendendo aos anseios da sociedade civil, o texto constitucional de 1988 assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família (BRASIL, 2010). Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões pessoal, histórica, política e social.

A Lei n. 9.394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros aspectos, dispôs de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, vale verificar a antiga orientação:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Constata-se que a LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino promoverem aperfeiçoamento profissional continuado, como também, estabeleceu a associação entre teorias e práticas, mediante a formação contínua, e o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais da educação. Em 2002, O Conselho Nacional de Educação, CNE, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Na redação, percebe-se também a articulação entre os termos formação e profissional ou ainda exercício profissional, como, por exemplo, o artigo 9º:

A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria (CNE, 2002).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

É publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 30 de janeiro de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Voltada para essa modalidade da educação, destaca-se no documento a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, assim como a formação continuada, entendida como componente essencial da profissionalização docente (BRASIL, 2009). Assim, os termos formação e profissionalização em alguns momentos são sinônimos, em outros são complementares. No mesmo ano, a Lei n. 12.014, de 6 de agosto alterou o artigo 61 da LDB, com a finalidade de distinguir as categorias destes trabalhadores que devem ser considerados profissionais da educação, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...] Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009).

Entre os princípios nacionais da educação está a valorização do profissional da educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no parágrafo primeiro do artigo 57 da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 e Parecer nº 7/2010:

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental. § 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor. (CNE/CEB, 2010).

Em vista do exposto, o Documento de Área (2013) também afirma ser relevante a constituição de um sistema de formação continuada de professores da educação básica e da educação superior, que qualifique continuamente os profissionais do magistério para atuar numa sociedade de informação e conhecimento em vertiginosa transformação e crescimento.

Considerando-se que a formação continuada é relevante para desencadear uma articulação direta entre a pesquisa (academia) e o ensino (escola), o documento enfatiza a necessidade de transposição didática do saber científico



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

para o saber escolar (CAPES, 2013, p. 24). Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento de projetos de pesquisas que viabilizem espaços de estudos entre docentes e discentes tanto na academia como na escola é fundamental para o processo de letramento e formação crítico-reflexivo dos professores envolvidos.

Contexto da pesquisa

Este trabalho trata do estado do conhecimento sobre aspectos de letramento e formação de professores no Brasil. Assim, apresentamos e discutimos os seus resultados através do levantamento de dados que se deu por meio dos artigos disponíveis nos periódicos da CAPES no período de 2002 a 2015, conforme mencionado anteriormente. Objetivou-se, mais especificamente, mapear os estudos realizados a partir do letramento e sua interface com a formação de professores, averiguando elementos pertinentes, como referenciais teóricos, metodologias, reflexões ou resultados, destacando, ainda, possíveis lacunas.

Utilizamos a pesquisa tipo *estado do conhecimento* tendo em vista que podemos ter uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. Através dele, podemos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, a fim de termos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando para itens a ser explorados. Nesse sentido, a construção do *estado de conhecimento* fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo (MOROSINI, 2015).

Diante disso, explanamos o modo como realizamos esta pesquisa e, em seguida, apresentamos os seus resultados, reflexões e discussões. De início, começamos pelos recortes espacial e temporal.

Na primeira etapa deste estudo, realizamos uma pesquisa nas bases de produções de testes e periódicos da Capes, com intuito de ter um acesso amplo e rápido aos artigos. Utilizamos como descritores os termos letramento e formação docente, em seguida, filtramos os resultados através do tipo de recurso, que foi artigos. Assim, obtivemos como resultado 16 artigos publicados em revistas de várias regiões brasileiras. Ao analisar cada artigo, percebemos que abordavam, de alguma forma, o tema letramento e formação docente no Brasil. Desses 16 artigos, só conseguimos ter acesso ao trabalho completo, no formato em PDF, de apenas 12 artigos. Portanto, algumas informações não foram possíveis de serem averiguadas.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Conseguimos obter através do filtro produções que iniciaram no ano de 2002 e finalizavam no ano 2015, tendo em vista ter sido o que apareceu na busca com o filtro que fizemos (letramento e formação docente – artigos). Portanto, consideramos esse recorte temporal para análise. Na sequência, identificamos artigos que tratavam diretamente sobre o letramento e formação docente e outros que abordavam de forma mais superficial o tema em questão. Após realizar a pesquisa nos site de Periódicos da CAPES, apresentamos o resultado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Produção sobre Letramento e formação docente no banco de teses e periódicos da CAPES no período de 2002 a 2015.

ANO	TÍTULO DO ARTIGO	REGIÃO	AUTOR(ES)
2002 Sem acesso	Leitura e construção de identidades na formação docente.	RN	BENEVIDES, A. S.
2003	A escrita dos professores: textos em formação, professores em formação, formação em formação.	RJ	ANDRADE, L. T.
2004/2005/2006	Nesses anos não houve publicação de trabalhos com essa temática.	-	-
2007	Ler para aprender: a prática de leitura da professora alfabetizadora.	SP	SILVA, S. B.
	Prática pedagógica alfabetizadora: a aquisição da língua escrita como processo sociocultural.	PI	BRITO, A. E.
2008 Sem acesso	Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna.	*	KLEIMAN, A.B.
2009 Sem acesso	Teoria e prática na formação docente: relação (s)e(m) perspectiva .	*	SOCORRO, A.; PETRONI, M. R
2010	Gêneros textuais e letramento.	RN	OLIVEIRA, M. S.
	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e algumas novas ficções na leitura da escola.	PR	ROSSO, A. J.; BRANDT, C. F.; CERRI, L. F.; CAMPOS, S. X.; FREIRE, F. L. I.; TOZETTO, A. S.
2011	Nesse ano não houve publicação de trabalhos com essa temática.	-	-
2012 Sem acesso	Políticas Educacionais e novas Tecnologias: um Desafio do Século XXI.	PR	CRISTOVÃO, V. L. L.; DROGUI, A. P.
2012	Práticas de letramento docente no estágio supervisionado de letras estrangeiras.	PB	REICHMANN, C. L.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

2013	A Língua Portuguesa no ensino médio: conteúdos de ensino e o desenvolvimento da aula.	RN	SILVA, C. M. M. B.; NETO, J. G. S.
	O livro de Alzira.	SP	MORTATTI, M. R. L.
	Mestrado profissional em Educação e inovação na prática docente.	MG	MARTINS, R. X.; RIBEIRO, C. M.
2014	Letramento e escrituras: as professoras no contexto do simbólico das práticas de formação e profissionalização docente.	SP	ALMEIDA, J. S.
2015	(Multi)letramento(s) digital(is) e teoria do posicionamento: análise das práticas discursivas de professoras que se relacionaram com as tecnologias da informação e comunicação no ensino público.	MG	SAITO, F. S.; RIBEIRO, P. N. S.
	Letramento Informacional e Midiático para professores do século XXI.	BR	RIBEIRO, L. A. M.; GASQUE, K. C. G. D.

* Não foi possível identificar a região.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa, expostos no Quadro 1, foi possível visualizar algumas discussões acerca dessa produção acadêmica, tendo por base o número de trabalhos, os temas discutidos e os referências teóricos e metodologias utilizados pelos seus autores.

Em relação à quantidade de artigos apresentados no período de 2002 a 2015 (16 ao todo), a primeira evidência que temos é a baixa produção a respeito do tema letramento e formação docente no Brasil. Um fato que merece destaque é que, nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2011, não encontramos nenhum artigo sobre o assunto, como também, constatamos a baixa produção nos demais anos.

No que diz respeito às autorias, dos 16 artigos identificados, estes envolveram um total de 27 autores, não foi possível ter clareza em todos os artigos quanto, na verdade, eram professores ou alunos. Apenas em um artigo foi possível identificar um aluno que publicou trabalho com orientador. Desses 27 autores, constatamos que 11 são da área de Educação e 2, de Letras; os demais não especificavam a área de conhecimento.

As regiões que se destacaram em produções foram os estados do Rio Grande do Norte e São Paulo, ambos com 3 publicações, seguidos dos estados de Minas Gerais e Paraná, ambos com 2 publicações. Os demais estados, com indicação de apenas uma publicação. Nas produções, não conseguimos identificar as regiões de dois artigos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Com relação ao conteúdo, dos 16 artigos encontrados nos periódicos da CAPES, 8 destes tratam de temas teóricos e os outros 8 abordam análises de observações, bem como relatos de experiências de professores em contextos escolares.

Apesar de a maioria dos artigos ter apresentado uma metodologia de pesquisa qualitativa e de base interpretativista (com uso de questionários, relatos, entrevistas), um dos artigos apresentou pesquisa qualitativa e quantitativa. Esse dado nos revela a subjetividade do tema letramento e formação docente, pois, no caso da pesquisa qualitativa, esta trabalha com dados subjetivos, com as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2002) e apresenta-se a partir da obtenção de dados descritivos, coletados diretamente com as situações estudadas, enfatizando as formas de manifestação, os procedimentos e as interações cotidianas do fato investigado, do mesmo modo que retratam a perspectiva dos participantes. Segundo Gil (2002):

as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

No aporte teórico dos trabalhos produzidos, destacam-se as referências aos seguintes autores: Kleiman (Os significados do letramento – 1995; Formação do professor – 1998), por ser um autor que trata tanto sobre letramento como formação docente, foi bastante citado em boa parte dos artigos, sendo citado em 6 dos 16 artigos; Oliveira (A formação de professores alfabetizadores: lições da prática – 1998), Tfouni (Letramento e Alfabetização – 1997; Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso - 1988.), Soares (Letramento e alfabetização: as muitas facetas – 2004,), Rojo (Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas – 1998), Gatti (Formação de professores - 1998.), Saito ((Multi)Letramento(s) Digital(is) na escola pública - 2011), Street (Literacy in Theory and Practice – 1984), Machado (O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva – 2004), Geraldini (o texto na sala de aula: leitura e produção - 1997), Bakhtin (Os gêneros textuais. Estética da criação verbal - 2000). Um ponto em comum entre esses artigos é o enfoque que toma como ponto de partida os estudos do letramento cuja concepção de leitura é tida como prática social e como atividade de construção de sentidos, sendo a leitura um importante instrumento para a contínua formação docente.

Nesse sentido, trata-se de pensar a formação do professor, situando a escrita como um sistema de signos culturalmente construídos, de modo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que a aprendizagem se caracterize como processo de desenvolvimento de funções intelectuais, mediado pelo sociocultural, pelo próprio signo linguístico e pelos outros (KLEIMAN, 2008). Na verdade, procura-se compreender que a formação do professor necessita considerar os saberes que emergem das práticas pedagógicas, reconhecendo sua legitimidade. Nesta perspectiva, são sugeridos os projetos de letramento como práticas que contextualizam a leitura e a escrita. Deste modo, requer que se organize o currículo como algo flexível, dinâmico, voltado para a realidade local.

Sendo assim, no cenário de mudanças para um modelo de educação do século XXI na formação dos professores, mostra-se bastante interessante repensar em novos formatos de programas de formação de professores para a implementação do que, Rojo (2009) convenciou chamar de multiletramentos (letramento informacional e midiático na educação).

Considerações finais

Tivemos como propósito desenvolver um estado do conhecimento sobre o tema letramento e formação docente no Brasil, a julgar pela importância da temática para a educação como um todo. Em vista disso, tivemos como base a produção acadêmica sobre esse assunto nos periódicos da CAPES, considerando ser uma considerável fonte para pesquisas e consultas que oferece acesso aos textos completos de artigos e dissertações. Além disso, é possível encontrar vídeos, mapas e diversos tipos de conteúdos bem como ter acesso a artigos selecionados de revistas internacionais, nacionais e estrangeiras. Assim, percebe-se ser um meio de pesquisa abrangente, sério e importante, dando-nos a confiança nos dados analisados.

Constatamos, com esta pesquisa, num percurso de mais de uma década (2002 a 2015), nos periódicos da CAPES, em âmbito nacional, um número reduzido de artigos que aborda o tema letramento e formação docente, apesar de se tratar de um assunto de suma importância para o desenvolvimento da educação do país. Levando em consideração o fato de novas exigências serem feitas aos professores, com as políticas públicas focalizando-se sobre suas competências, seu saber prático, saber-fazer e saber-ser, assim, dever-se-ia ter, conseqüentemente, mais produções escritas, tornando ainda mais crucial que a pesquisa se debruce sobre os textos/discursos dos professores. Além disso, esse tema já vem sendo discutido desde a década de 80 e o recorte temporal que fizemos foi baseado nos artigos que estavam disponíveis nos periódicos da CAPES, datando como início o ano de 2002.

Diante do exposto, destaca-se a impassibilidade de pesquisadores em todo Brasil, com relação ao letramento e formação de professores, mesmo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

este sendo um tema de relevância para o ensino-aprendizagem de línguas. Desse modo, respostas para justificar os motivos disso, não são fáceis de obter, tendo em vista diversos fatores (subjetivos, sociais e políticos, por exemplo) que envolvem este assunto no cenário educacional brasileiro.

Referências

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. I Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Portal MEC**. Brasília: MEC/CNE/CB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=536Itemid=>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CAPES (BR). Diretoria de Avaliação. **Documento de área 2013**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ensinodo_c_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf> Acesso em: 25 de jun. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução CNE/CP 01/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed - São Paulo: Atlas, 2002.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MOROSINI, M. C. **Estado de conhecimento: sua contribuição à ruptura de pré-conceitos**. Revista de Educação da UFSM, Santa Maria: Centro de Educação, v. 40, 2015.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 125 p.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. 2ª impr. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 1995.